



Poder Judiciário
Seção Judiciária do Estado de Pernambuco
Subseção Judiciária de Petrolina
17.^a Vara Federal

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO N.º EDL.0017.000001-7/2017

O Dr. **ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO**, Juiz Federal Titular da 17.^a Vara Federal, Subseção Judiciária do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a quantos o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento que esta Vara Federal levará a leilão, nas modalidades presencial e eletrônico (art. 879, II, do Novo Código de Processo Civil), nas datas, local e sob as condições adiante descritas, os bens penhorados nos autos das ações a seguir relacionadas.

1. DATAS

1.º Leilão: Dia 05/9/2017, às 10h, por preço igual ou acima do valor da avaliação.

2.º Leilão: Dia 05/9/2017, às 11h, por qualquer preço, desde que não seja vil, considerado como tal, valor inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação (Art. 891, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil).

2. LOCAL

AUDITÓRIO DA JUSTIÇA FEDERAL - Praça Santos Dumont, n.º 101, Centro, Petrolina/PE, com transmissão em tempo real pelo *site* www.cassianoleiloes.com.br.

3. LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

CASSIANO RICARDO DALL'AGO E SILVA, matriculado na JUCEPE sob n.º 020/05.

Endereço: Rua Almirante Tamandaré, 148, Apto. 603, Boa Viagem, Recife/PE.

Fone: (81) 3129-0203

Celular: (81) 9656-7296

E-mail: cassiano@cassianoleiloes.com.br

Site: www.cassianoleiloes.com.br

4. BENS

4.1 São objeto do leilão os bens que constam deste Edital, publicado no órgão oficial, disponível na Secretaria da 17.^a Vara Federal desta Subseção Judiciária do Estado de Pernambuco, situada na Praça Santos Dumont, 101, Centro, Petrolina/PE, com horário de atendimento de 9h às 18h, de segunda à sexta-feira.

4.2 Os bens móveis encontram-se em poder dos executados, conforme endereços constantes nos respectivos Autos de Penhora, ou no Depósito do leiloeiro. Todos os bens

serão alienados no estado de conservação que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos, ou mesmo providências referentes à retirada, embalagens, tributos (impostos, taxas, contribuições, etc.), e transporte daqueles arrematados. A arrematação judicial é modo originário de aquisição de propriedade, assim, não cabendo alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes/arrematantes verificarem o estado de conservação e especificações do(s) bem(ns) oferecido(s) no leilão. Qualquer dúvida e/ou divergência na identificação/descrição do(s) bem(ns) poderá(ao) ser(em) dirimida(s) no ato do leilão.

5. VISITAÇÃO AOS BENS

5.1 Os interessados, antes dos dias marcados para o leilão, poderão, sem intervenção deste Juízo, visitar os bens nos locais em que se encontrarem, inclusive no Depósito do leiloeiro quando lá estiverem, mediante prévio acerto com os proprietários, possuidores ou depositários, de segunda a sexta-feira, de 9h às 17h, e no sábado, de 9h às 12h.

5.2 A visitação dos bens, com acompanhamento por Oficial de Justiça, depende de prévia e formal solicitação a ser requerida junto à Secretaria desta Vara Federal, podendo ser atendida de acordo com as possibilidades da Justiça Federal.

6. DÍVIDAS DOS BENS

6.1 Em se tratando de **veículos automotores**, os arrematantes:

6.2 **Não arcarão** com os débitos de IPVA, seguro obrigatório, taxas de licenciamento do DETRAN, 2.^a via de CRV/CRLV e eventuais outros tributos incidentes sobre o bem antes da arrematação, nem com as multas pendentes, cuja responsabilidade é pessoal do proprietário anterior;

6.3 **Arcarão** com as taxas de baixa de gravame e de transferência de veículos para o seu nome.

6.4 Em se tratando de **bens imóveis**, os arrematantes:

6.5 **Não arcarão** com quaisquer débitos incidentes sobre os bens antes da arrematação, os quais são de responsabilidade pessoal do(s) proprietário(s) anterior(es), uma vez que a arrematação em leilão tem o efeito de expurgar qualquer ônus obrigacional sobre o imóvel para o arrematante, transferindo-o livremente de qualquer encargo ou responsabilidade tributária.

6.6 **Arcarão** com o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, na prefeitura onde está localizado o bem e do registro da Carta de Arrematação no Cartório de Registro de Imóveis competente.

6.7 Dúvidas sobre os débitos ou ônus existentes quanto a determinado bem, poderão ser esclarecidas na Secretaria desta Vara Federal ou com o Leiloeiro Oficial.

7. PODEM ARREMATAR

7.1 Podem arrematar (oferecer lance) todas as pessoas físicas que estiverem na livre administração de seus bens e todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas;

7.2 A identificação das pessoas físicas será feita através de documento oficial de identidade, comprovante de endereço e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF).

7.3 As pessoas jurídicas serão representadas por seus responsáveis legais, devendo ser apresentado comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) e cópia dos atos estatutários atualizados.

7.4 Os interessados poderão ser representados por procurador com poderes específicos, munido da devida identificação do outorgante.

8. NÃO PODEM ARREMATAR

8.1 Os incapazes;

8.2 Os tutores, os curadores, os testamentários, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

8.3 Os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados;

8.4 O juiz, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, o escrivão, o chefe de secretaria e os demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

8.5 Os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

8.6 Os leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

8.7 Os advogados de qualquer das partes.

9. CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO

9.1 Para arrematar por meio eletrônico, o interessado deverá acessar o *site* indicado do leiloeiro designado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data de realização do respectivo leilão, competindo-lhe realizar o cadastramento, conforme as instruções ali disponibilizadas. Os interessados poderão oferecer seus lances até o horário de encerramento do lote, possibilitando ao público presente no local do leilão tenha conhecimento e possa concorrer em total igualdade de condições. Da mesma forma, o interessado também terá acesso aos lances oferecidos no auditório, por meio de informações prestadas pelo leiloeiro oficial.

9.2 O valor integral da arrematação será pago, preferencialmente, de imediato, à vista, pela melhor oferta, mediante depósito em dinheiro no PAB JUSTIÇA FEDERAL PETROLINA, agência n.º 4028.

9.3 O pagamento da arrematação também poderá ser feito no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do leilão, porém, cabendo ao arrematante, no ato da arrematação, a título de caução, pagar a importância correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do lance.

9.4 Nas execuções promovidas pela União, representada pela PSFN/PLA, admite-se o pagamento parcelado do valor da arrematação, quando se tratar, exclusivamente, de bens

imóveis, cujo valor da arrematação seja igual ou superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Não se admite o pagamento parcelado do valor da arrematação quanto ao crédito objeto das execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e as respectivas contribuições sociais (art. 1º da LC nº 110, de 29 de junho de 2001), bem como nas hipóteses previstas no art. 843 do Novo Código de Processo Civil.

9.5 Se o arrematante ou seu fiador não pagar o preço no prazo estabelecido, o Juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a perda da caução, voltando os bens a novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

9.6 Não será aceita desistência da arrematação ou reclamação posterior sobre os bens, à exceção das hipóteses previstas neste Edital.

10. ACRÉSCIMOS AO VALOR DO LANÇO

10.1 Sobre o valor do lanço ofertado incidirão os seguintes acréscimos:

10.2 Comissão do Leiloeiro: 5% (cinco por cento), na forma do art. 23, § 2.º, da Lei n.º 6.830/1980, a ser entregue diretamente ao Leiloeiro, mediante recibo assinado em duas vias, por este e pelo arrematante, devendo o Leiloeiro apresentar a este Juízo uma via em até 5 (cinco) dias. Ocorrendo a anulação da arrematação, esta importância será devolvida ao arrematante;

10.3 Custas judiciais de arrematação: 0,5% (meio por cento), sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (mil novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), cujo pagamento deverá ser comprovado até o recebimento da Carta de Arrematação/Mandado de Entrega do(s) Bem(ns).

11. RECEBIMENTO DOS BENS ARREMATADOS

11.1 Caso não haja oposição de embargos, a expedição da Carta de Arrematação e/ou Ordem de Entrega dos bens arrematados será feita após o decurso dos prazos legais, efetivado o pagamento das custas judiciais.

11.2 Para recebimento da Carta de Arrematação será exigida também a comprovação do pagamento das custas de arrematação.

11.3 Se por motivo alheio à vontade do licitante a arrematação não se confirmar, o valor pago ser-lhe-á devolvido.

11.4 O pagamento das despesas relativas à transferência do(s) bem(ns) compete ao arrematante.

12. TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS

12.1 Este Juízo garantirá ao arrematante a posse do bem, livre de quaisquer ônus sobre ele incidentes antes da data da arrematação, conforme disposto neste Edital (*vide* tópico Dívidas dos Bens).

12.2 A remoção do bem arrematado será de responsabilidade do próprio arrematante.

13. ADVERTÊNCIAS

13.1 Ficam intimados do presente Edital o(s) executado(s) através de seu(s) representante(s) legal(is), se pessoa jurídica, se pessoa(s) física(s) e casado(a)(s), também seu(s) cônjuge(s), os coproprietários, os credores com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, os administradores provisórios, os inventariantes, os senhorios diretos, bem como, os alienantes fiduciários, os promitentes compradores e os promitentes vendedores, caso não tenham sido encontrados para a intimação pessoal da penhora, reavaliação ou constatação realizada e acerca das datas do leilão designado.

13.2 O direito de remissão dos bens penhorados por alguns familiares do executado foi revogado com o advento da Lei n.º 11.382/2006.

13.3 Os arrematantes dos imóveis ou veículos deverão fornecer ao Leiloeiro, no dia do leilão, cópia do RG, CPF/MF ou CNPJ/MF e comprovante de residência para a solicitação da transferência de propriedade junto aos órgãos competentes.

13.4 O arrematante de imóvel ou veículo, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da entrega da Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega do Bem, efetuará, junto ao órgão competente, o início da solicitação de transferência do bem.

13.5 É de exclusiva atribuição dos licitantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido(s) no leilão, haja vista a possibilidade de ocorrerem erros tipográficos quando da confecção dos editais e defeitos de ordem topográficos da penhora.

13.6 Os pagamentos não efetuados no ato do leilão implicarão ao(s) arrematante(s) faltoso(s) as penalidades da lei, especialmente, a perda da comissão do leiloeiro (art. 39 do Decreto n.º 21.981/1932) e aplicação de multa processual a ser fixada sobre o valor do lance, ficando, ainda, vedado de participar da nova alienação do imóvel, conforme art. 897 do Novo Código de Processo Civil.

13.7 Quando o imóvel pertencente ao incapaz não alcançar na praça pelo menos 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação, o Juiz o confiará à guarda e administração de depositário idôneo, adiando a alienação por prazo não superior a 1 (um) ano, observando-se o disposto no art. 896 do Novo Código de Processo Civil.

13.8 Assinado o auto pelo Juiz, pelo arrematante e pelo Leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos do Executado ou a Ação Autônoma, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 do Novo Código de Processo Civil).

13.9 A arrematação poderá, no entanto ser: invalidada, quando realizada por preço vil ou com outro vício; considerada ineficaz, se não observado o disposto no art. 804; resolvida, se não foi pago o preço ou se não for prestada a caução (art. 903, § 1.º do Novo Código de Processo Civil).

13.10 Excetuados os casos de nulidades previstas na legislação, não serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do art. 358 do Código Penal ("Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou

oferecimento de vantagem: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência”).

13.11 Nos processos em que figura como exequente a Fazenda Nacional, somente serão deferidos os parcelamentos de dívida se preenchidos os requisitos estabelecidos na Portaria PSFN/PLA/PE n.º 001, de 16/01/2012:

"PORTARIA PSFN/PLA/PE n.º 001, de 16 de janeiro de 2012

O PROCURADOR-SECCIONAL DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138/1997 (D.O. de 3.7.97), do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista o disposto no artigo 10º da Lei 10522/2002, artigo 1º da Portaria nº 222 de 30 de junho de 2005 (DOU de 04/07/2005), do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, e no § 5º do art. 22 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 002, de 31 de outubro de 2002 (DOU de 14/11/2002),

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e dar publicidade as regras para deferimento de parcelamentos quando se tratar de débito em fase de leilão já designado,

RESOLVE,

Art. 1º. Os editais, mandados de intimação ou cópias de despacho de designação de leilão que sejam encaminhados a esta Procuradoria da Fazenda Nacional em Petrolina, dando notícia da realização de leilões, em execução fiscal de cobrança da Dívida Ativa da União, serão encaminhados ao Serviço de Apoio Judicial e Contencioso da Procuradoria da Fazenda Nacional em Petrolina - SERJC.

Art. 2º. A Secretaria da Procuradoria da Fazenda Nacional em Petrolina (SERJC), sempre que possível, fará a juntada dos documentos referidos no art. 1º aos processos administrativos referentes às inscrições em cobrança com leilão designado, assim como fará afixar, nas estações de atendimento ao público (SAC da Receita Federal em Petrolina e Juazeiro), relação contendo os devedores e dívidas incluídas em leilão.

Art. 3º. O Procurador da causa deverá, sempre que pedir designação de hasta pública, requerer ao Juízo competente que inclua no edital de leilão os termos desta Portaria, visando à publicidade de suas regulamentações, mormente no que concerne às restrições ao parcelamento ordinário, que só será concedido se forem atendidos os seguintes requisitos: (Redação dada pela Portaria PSFN/PLA/PE n.º 001, de 01 de agosto de 2013).

I - Pagamento de 20% do valor consolidado da dívida e apresentação do requerimento de parcelamento e comprovante do referido recolhimento a partir da fase de leilão até o décimo dia corrido anterior à realização do leilão;

II - Pagamento de 50% do valor consolidado da dívida e apresentação do requerimento de parcelamento e comprovante do referido recolhimento entre o décimo e o quinto dia corrido anterior à realização do 1º leilão;

III - Pagamento de 60% do valor consolidado da dívida e apresentação do requerimento de parcelamento e comprovante do referido recolhimento, no caso de se tratar de dívida para a qual já tenha sido deferido parcelamento anterior, em fase de leilão, cuja rescisão tenha ocorrido por falta de pagamento;

§ 1º A situação descrita no inciso III do caput exclui a aplicação dos percentuais previstos nos incisos I e II, ainda que o requerimento tenha sido protocolado nos prazos ali previstos. (Incluído pela Portaria PSFN/PLA/PE n.º 001, de 01 de agosto de 2013).

§ 2º Para fins desta Portaria, considera-se o débito em fase de leilão a partir da decisão judicial, no bojo da execução fiscal, que deferir o pedido de alienação judicial ou designar datas para realização dos leilões, o que ocorrer primeiro, até o dia designado para o 2º leilão. (Incluído pela Portaria PSFN/PLA/PE n.º 001, de 01 de agosto de 2013).

Art. 4º. Não serão deferidos pedidos de parcelamento de processos em fase de leilão que não tenham obedecido às exigências contidas no art. 3º da presente Ordem de Serviço e, em nenhuma hipótese, os parcelamentos cujo pedido tenha sido protocolado nos últimos cinco dias corridos anteriores à

realização do primeiro leilão até término da fase de leilão. (Redação dada pela Portaria PSFN/PLA/PE n.º 001, de 01 de agosto de 2013).

Art.5º. O SERJC, tomando conhecimento da existência de parcelamento simplificado, realizado diretamente pelo devedor ou terceiro por meio da internet, após a designação de leilão, certificará o fato nos autos do processo administrativo, encaminhando-o ao Procurador-Chefe com proposta de rescisão do parcelamento.

Art. 6º. Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.

Marlone Montalvão de Albuquerque

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR-SECCIONAL PSFN/PLA/PE

Jovaldo Nunes Gomes Júnior

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR-SECCIONAL SUBSTITUTO PSFN/PLA/PE "

14. CONDIÇÕES DE PARCELAMENTO (restrito aos bens imóveis de valor igual ou superior a R\$ 60.000,00)

14.1 PARA OS PROCESSOS EM QUE É PARTE A FAZENDA NACIONAL:

14.2 No caso de parcelamento do lance vencedor, a arrematação dos bens imóveis dar-se-á mediante as condições estabelecidas no art. 98 da Lei n.º 8.212/1991, com redação alterada pela Lei n.º 9.528/1997, bem como na Portaria n.º 79/2014, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e na Portaria n.º 001/2014, da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Petrolina, dentre outras.

14.3 Admite-se ao arrematante o pagamento parcelado do valor da arrematação, quando se tratar, exclusivamente, de bens imóveis, cujo valor da arrematação seja igual ou superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), não se admitindo o pagamento parcelado do valor da arrematação quanto ao crédito objeto das execuções fiscais que têm como fundamento a cobrança de débitos devidos ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e as respectivas contribuições sociais (art. 1º da LC nº 110, de 29 de junho de 2001) , bem como nas hipóteses previstas no art. 843 do Novo Código de Processo Civil.

14.4 O parcelamento observará o máximo de até 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma.

14.5 O valor da primeira prestação, que corresponderá a no mínimo 1/60 (um sessenta avos) do valor da arrematação, deverá ser depositado no ato e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes.

14.6 O pagamento das prestações a que ficará obrigado o arrematante, será mensal e sucessivo, vencendo a segunda parcela no mês seguinte ao da assinatura do Auto de Arrematação.

14.7 O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

14.8 Caberá ao arrematante, independente de intimação, efetuar o preenchimento das guias de recolhimento, conforme o caso, sendo disponibilizado pela PSFN/PLA/PE atendimento presencial, bem como e-mail institucional

(divida.pe.petroлина.psfm@pgfn.gov.br) para solução de dúvidas e esclarecimentos quanto ao preenchimento.

14.9 A arrematação em leilão através de parcelamento só será concluída após a apresentação da certidão de inteiro teor emitida pela unidade cartorária da circunscrição do bem com hipoteca em favor da União - Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Petrolina/PE, CNPJ nº03.476.880/0001-65.

14.10 O arrematante passará a ser devedor da Fazenda Nacional, na hipótese de pagamento parcelado, de modo que o próprio bem arrematado garantirá o débito, por meio de hipoteca.

14.11 Na hipótese de o valor da arrematação superar o montante da Dívida Ativa objeto da execução, o parcelamento deverá se limitar tão somente ao crédito da Fazenda Nacional, ficando o arrematante obrigado a depositar à vista o excedente, no ato da arrematação, que poderá ser utilizado para quitação de outra(s) execução(ões), se houver, ou disponibilizado para levantamento pelo executado.

14.12 No caso de feitos apensados, será considerado o somatório da dívida exequenda.

14.13 No leilão de bens imóveis, após extraída a Carta de Arrematação para pagamento parcelado, será a mesma levada ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para registro da hipoteca em favor da União/Fazenda Nacional.

14.14 Na hipótese de mais de um arrematante, em sistema de condomínio, haverá solidariedade passiva entre os condôminos.

14.15 Sendo o valor da arrematação suficiente para a quitação da dívida exequenda, o exequente, após o deferimento do parcelamento, solicitará a extinção do processo de execução.

14.16 Caso o valor da arrematação se mostre insuficiente para liquidar a dívida exequenda, a execução deverá prosseguir pelo saldo remanescente.

14.17 Até a expedição da Carta de Arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a se vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita nº 4396, observando-se a forma de atualização das parcelas prevista no item 14.1.5 deste Edital.

14.18 Os valores depositados por meio de DJE permanecerão à disposição do Juízo até que seja expedida a Carta de Arrematação, quando então deve ser solicitada a sua transformação em pagamento definitivo.

14.19 Após a emissão da Carta de Arrematação, caberá ao arrematante:

14.20 Protocolar na PSFN/PLA, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Carta, o requerimento de parcelamento constante ao final deste Edital devidamente preenchido, instruindo-o com cópia dos seguintes documentos: documento de identificação (identidade, CPF e, se pessoa jurídica, contrato social); comprovante de endereço; certidão da matrícula do imóvel constante no processo judicial; cópia do Auto de Arrematação; cópia da Carta de Arrematação e cópia dos comprovantes de pagamento das parcelas.

14.21 Efetuar o recolhimento das parcelas remanescentes por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita nº 7739 e a forma de atualização das parcelas prevista no item 14.1.5 deste Edital.

14.22 Comprovar, no prazo de 40 (quarenta) dias, o registro da hipoteca prevista no item 14.10, mediante certidão de inteiro teor do imóvel adquirido.

14.23 Salvo motivo justificável, o não cumprimento dos prazos e/ou condições acima acarretará o indeferimento do pedido de parcelamento.

14.24 A falta de pagamento de quaisquer das parcelas antes do deferimento do pedido de parcelamento, além de acarretar o indeferimento do pedido, com o retorno do bem ao leilão, sujeitará o inadimplente às penalidades previstas no art. 897 do Novo Novo Código de Processo Civil.

14.25 Realizada a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante.

14.26 Se o arrematante, após o deferimento do pedido, deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o acordo de parcelamento respectivo será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa, nos termos do art. 98, §6º da Lei nº 8.212/1991.

14.27 Havendo a rescisão do acordo de parcelamento, o crédito, composto pelo saldo devedor e multa acima prevista, será inscrito em Dívida Ativa, acrescido dos encargos legais decorrentes da inscrição, e sendo executado, será indicado à penhora o imóvel hipotecado.

15. PARA OS PROCESSOS EM QUE É PARTE QUALQUER OUTRO EXEQUENTE:

15.1 Os demais exequentes não manifestaram interesse no parcelamento dos valores da arrematação, motivo pelo qual para eles o pagamento do lance somente será à vista.

RELAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

BENS IMÓVEIS

LOTE 01

PROCESSO: 0000358-32.2016.4.05.8308.

CDA: 92.961.

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS -IBAMA.

EXECUTADO: GRANDE RIO INDUSTRIA TEXTIL LTDA.

CNPJ: 40.869.489/0001-57.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 14/08/2017: R\$ 7.056,16 (sete mil, cinquenta e seis reais e dezesseis centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 04/08/2016: R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- Os lotes de terrenos números 29, 30 e 31 da quadra "J" situados no Distrito Industrial de Petrolina-PE, com os limites e confrontações descritos na certidão cartorária que segue em anexo totalizando 23.159,25 m² (vinte e três mil, cento e cinquenta e nove vírgula vinte e cinco metros quadrados), matriculados junto ao CRI local, sob o número 28.758. Conforme AV-3.28.758, a área acolhe um Prédio Industrial que conta com frente sul para a Avenida Projetada, medindo 154,94 metros, lado direito Oeste com uma área de preservação medindo 173,79 metros, lado esquerdo leste com a rua B, medindo 135,00 metros, fundos sul com o lote número 28, medindo 150,00 metros, possuindo os seguintes compartimentos: 01 portaria, 01 vestiário feminino com 08 chuveiros e 04 sanitários, 01 vestiário masculino com 08 chuveiros e 04 sanitários, 01 circulação, 02 salas de tecelagem, 01 sala para acabamentos, 01 sala de manutenção, 01 sala de misturas de drogas, 01 sala para laboratório, 01 sala para computador, 01 sala para químico, 01 sala para secretaria, 01 sala para supervisor, 01 sala para reunião, 01 sala para almoxarifado, 01 sala, 01 circulação, 08 W.C., 01 depósito de produtos acabados, 01 casa de gás, 01 casa de química, 01 caixa d'água, 01 caldeira, 01 sala para subtração. O prédio tem área total construída de 3.171,67 m². **Matrícula** n.º 28.758, Livro 02, Cartório de Registro de Imóveis de Petrolina/PE.

LOTE 02

PROCESSOS: 0801525-47.1999.4.05.8308 E OUTROS

CDA: 53, 97, 98, 99, 100, 26 e 24.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS-CVM.

EXECUTADOS: AGROPECUÁRIA JUNCO S/A E ESPÓLIO DE ANTONIO ROBERTO DE ARAÚJO.

CNPJ: 14.687.917/0001-10 e **CPF:** 016.223.584-49.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 02/04/2016: R\$ 14.364,48 (catorze mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 27/07/2016: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- Uma Gleba Rural, denominada "Sítio Santa Tereza", situada na Fazenda Santiago, deste município, no Riacho do Recreio, medindo 2.180 metros no sentido Norte a Sul e 10.000 metros no sentido Leste a Oeste, limitando-se a mencionada gleba de terra da seguinte forma: ao Norte, com terras de Martinho Gomes; ao Sul, com terras de Gustavo de Freitas Amariz; ao Leste, com terras da Fazenda Tanque e ao Oeste com terras da Fazenda Lagoa Grande, com as seguintes benfeitorias: um curral com capacidade para 500 cabeças de gado; uma caixa d'água com capacidade de 30 mil litros; oito barragens; uma edificação da casa sede; uma casa de morador; galpão de armazenagem de sementes; galpão menor; segundo o caseiro, praticamente toda a propriedade é cercada; energia elétrica trifásica; 10 saleiros de alvenaria para gado; pequenos currais com bebedouro. **Matrícula** n.º R-1-0.112, no livro 02, às fls. 112, Cartório de Registro de Imóveis de Santa Maria da Boa Vista/PE.

LOTE 03

PROCESSO: 0001877-86.2009.4.05.8308.

CDAS: 40 2 09 000340-56, 40 6 09 000155-30 e 40 6 09 000924-46.

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: COPA FRUIT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A.

CNPJ: 01.356.809/0001-13.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 31/07/2017: R\$ 308.287,39 (trezentos e oito mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 11/03/2016: R\$ 9.080.000,00 (nove milhões e oitenta mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- 02 (dois) lotes de agrícolas n.º(s) 191 e 192, N-03, área PAI, situado no Projeto Senador Nilo Coelho, neste município, com área total de 185,982ha, sendo 54,167ha irrigáveis e 131,8160ha de sequeiro, sem culturas permanentes ou temporárias, contendo um portão de entrada principal, uma guarita de segurança, um grande galpão de ferro e cobertura com telhas de alumínio, um médio galpão de tijolos, sem cobertura e bastante deteriorado e um pequeno galpão, sem cobertura e bastante deteriorado, cercas, instalações elétricas e hidráulicas também estão todas ausentes ou deterioradas. **Matrícula** n.º 32.798, Livro 02, Cartório de Registro de Imóveis de Petrolina/PE.

LOTE 04

PROCESSO: 0000126-20.2016.4.05.8308.

CDAS: 12.395.926-8 e 12.395.927-6.

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: DINIZ CAVALCATI & FILHOS LTDA.

CNPJ: 10.728.830/0001-93.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 31/07/2017: R\$ 87.631,99 (oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DOS BENS EM 08/09/2016: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

a) Um lote de terreno n.º 33 da Quadra M, localizado no loteamento Santo André, medindo 10mX20m, avaliado em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **Matrícula** n.º 81.326, Livro 02, Cartório de Registro de Imóveis de Petrolina-PE.

b) Um lote de terreno n.º 34 da Quadra M, localizado no loteamento Santo André, medindo 10mX20m, avaliado em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **Matrícula** n.º 81.330, Livro 02, Cartório de Registro de Imóveis de Petrolina-PE.

LOTE 05

PROCESSO: 0000274-80.2006.4.05.8308.

CDA: 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM.

EXECUTADO: FAZENDA AGROPART S/A.

CNPJ: 24.160.004/0001-03.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 09/08/2017: R\$ 279.813,85 (duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e treze reais e oitenta e cinco centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 01/07/2016: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- Um lote de terreno de n.º 32 da Quadra 05, localizado no loteamento Milano, da Fazenda Milano, medindo 10mX25m, com a benfeitoria de uma casa geminada de alvenaria, medindo 60 m². Matrícula n.º 0.3.001, no livro 2-J, às fls. 181, Cartório de Registro de Imóveis de Santa Maria da Boa Vista-PE/PE.

LOTE 06

CARTA PRECATÓRIA PJE: 0800443-48.2017.4.05.8308

PROCESSO ORIGINÁRIO: 0007521-91.2006.4.01.3307

DEPRECANTE: 1ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: EDNA LUCIA ARAUJO NOGUEIRA

RECURSO: NÃO HÁ

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

VALOR DA DÍVIDA: R\$ R\$ 63.239,89 (sessenta e três mil, duzentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos)

AVALIAÇÃO DO BEM EM 14/12/2016: R\$ 30.000,00 (trinta e oito mil reais)

BEM PENHORADO:

- Um lote de terreno n.º 11, da quadra AC, do loteamento Topázio, medindo 12,00X20,00, limita-se à frente/leste com a rua projetada da mesma quadra; os fundos/oeste limita-se com o lote n.º 10 da mesma quadra, o lado direito/sul limita-se com o lote n.º 12 da mesma quadra e o lado esquerdo/oeste limita-se com a rua projetada da mesma quadra, inscrita no CRI da circunscrição de Petrolina-PE, sob a matrícula n.º 15.738, pertencente à propriedade do Sr. ANTÔNIO CARLOS FARIAS NOGUEIRA, CPF n.º 473.378.774-04.

LOTE 07

PROCESSO PJE: 0804750-40.2015.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL

EXECUTADO: ASCCOPER - ASSOCIACAO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DE EPTROLINA E REGIAO, CNPJ sob o n.º 03.902.275/0001-09

REPRESENTANTE LEGAL: LUZIMARA DA CRUZ FIGUEIREDO

RECURSO: NÃO HÁ

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO

VALOR DA DÍVIDA EM MAIO/2017: R\$ 573.030,94 (quinhentos e setenta e três mil e trinta reais e noventa e quatro centavos).

AVALIAÇÃO DO BEM EM 07/10/2016: R\$ 225.000,00 (trinta e oito mil reais)

BEM PENHORADO:

- Uma área de terras situada entre o Matadouro Municipal e o Centro de Zoonoses, nesta cidade, com as seguintes medidas e limites: Frente/Leste, limita-se com a rua do Matadouro, medindo 202,70 mts; lado Direito/Sul com o Matadouro Municipal, medindo 166,40mts; lado esquerdo/Norte com três seguimentos de retas: o 1º no sentido leste-oeste, limitando com o Centro de Controle de Zoonoses, medindo 102,90mts; o 2º no sentido sul-norte, limitando-se com o Centro de Zoonoses, medindo 63,70mts e o 3º no sentido leste-oeste, limitando-se com a garagem da SENEPAV, medindo 42,70mts, Fundos-Oeste, limitando-se com o Condomínio Prive Vilage, medindo 269,70mts, inscrita no CRI de Petrolina sob a matrícula n.º 46.780, R-01, datada de 27/12/2005.

BENS MÓVEIS

LOTE 01

PROCESSO: 000528-38.2015.4.05.8308.

CDA: 8.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

EXECUTADOS: MERCIA ARAÚJO DA SILVA E OUTRA.

CNPJ/CPF: 17.132.965/0001-30 e 039.391.414-37.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 14/08/2017: R\$ 4.779,43 (quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DOS BENS EM 31/08/2016: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- Uma TV LG, MOD. 28LN500-B, de 32 polegadas, em bom estado de uso e conservação e um condicionador tipo split, marca LG, capacidade 9.000 BTUs, em bom estado de uso e conservação.

LOTE 02

PROCESSO: 0001164-09.2012.4.05.8308.

CDA: 40 1 12 001453-36.

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: MARISTELA BARBOSA CAVALCANTE BEZERRA.

CPF: 587.285.704-72

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 31/07/2017: R\$ 32.555,98 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 27/04/2016: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- 01 (um) veículo Ford Ecosport XLS 1.6 Flex, placa KKI 7744-PE, cor prata, 04 portas, chassi 9BFZE12P678792911, ano modelo 2006/2007.

LOTE 03

PROCESSO: 0000232-16.2015.4.05.8308.

CDA: 30214015450.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS- ANP.

EXECUTADO: POSTO PAU FERRO LTDA - ME.

CNPJ: 07.379.009/0001-02.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 03/08/2017: R\$ 6.663,50 (seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 15/12/2016: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- Uma bomba de abastecimento de combustível elétrica, de dois bicos para gasolina, marca Wayne/Dresser, modelo 3/G2203 P, série 532513, ano 2011, sem funcionamento e em regular estado de conservação.

LOTE 04

PROCESSO: 0000662-36.2013.4.05.8308

CDA: 2013.N.LIVRO01.FOLHA1165-PE.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

EXECUTADOS: VALENET SERVIÇO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFOMÁTICA LTDA, JOSÉ ANTONIO FERREIRA GOMES ME e JOSÉ ANTONIO FERREIRA GOMES.

CNPJ: 07.824.996/0001-07; 10.198.960/0001-61; **CPF:** 879.835.674-72.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 04/08/2017: R\$ 4.314,47 (quatro mil, trezentos e catorze reais e quarenta e sete centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DOS BENS EM 25/10/2016: R\$ 4.850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- **Um conjunto composto de 01 (uma) mesa grande de madeira para escritório, na cor marrom claro e meio círculo branco, usada, em regular estado de uso e conservação; 01 (uma) mesa pequena de madeira para escritório, na cor marrom claro e meio círculo branco, usada, em regular estado de uso e conservação; 04 (quatro) cadeiras com encosto de coluna para escritório, sem descanso de braços, na cor preta com laranja, usada, em regular estado de uso e conservação; 01 (uma) cadeira de presidente com encosto de coluna**

e descanso de braços para escritório, na cor preta com laranja, usada, em regular estado de uso e conservação; e **01 (uma)** estante de madeira com uma prateleira e um compartimento fechado, com duas portas, na cor cinza, usada, em regular estado de uso e conservação.

LOTE 05

PROCESSO: 0000828-39.2011.4.05.8308

CDA: 30111299006, 30111217557 e 30111242900.

NATUREZA DA DÍVIDA: NÃO TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTIVIES- ANP.

EXECUTADO: MARIA CLAUDENICE DA SILVA, TROPICAL PETRÓLEO LTDA.

CNPJ/CPF: 03.444.507/0001-22, 627.867.924-87 e 08.941.887/0001-24.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 22/08/2016: R\$ 232.335,46 (duzentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DOS BENS EM 13/10/2016: R\$ 15.961,57 (quinze mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- a) 1.600 (mil e seiscentos) litros de gasolina comum ao preço unitário de R\$ 3,899 (três reais e oitenta e nove centavos), totalizando R\$ 6.238,40 (seis mil, duzentos e trinta e oito reais e quarenta centavos);
- b) 1.832 (mil e oitocentos e trinta e dois) litros de etanol ao preço unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos), totalizando R\$ 5.477,68 (cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos);
- c) 309 (trezentos e nove) litros de diesel S-10 ao preço unitário de R\$ 3,099 (três reais e nove centavos), totalizando R\$ 957,59 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos);
- d) 1.100(mil e cem) litros de diesel S-500 ao preço unitário de R\$ 2,989 (dois reais e noventa e oito centavos), totalizando R\$ 3.287,90 (três mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

LOTE 06

PROCESSO: 0000130-57.2016.4.05.8308

CDAS: 12.395.626-9 e 12.395.627-7.

NATUREZA DA DÍVIDA: TRIBUTÁRIA.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL.

EXECUTADO: SOMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME.

CNPJ: 69.951.192/0001-18.

RECURSO: NÃO HÁ.

ÔNUS/PENHORA: NÃO CONSTA.

SITUAÇÃO DO BEM: A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.

VALOR DA DÍVIDA EM 31/07/2017: R\$ 254.243,50 (duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos) + acréscimos legais.

AVALIAÇÃO DO BEM EM 14/07/2016: R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais).

BEM(NS) PENHORADO(S):

- a) 01 (um) forno industrial, turbo elétrico, lenha 1, marca Venâncio, cor metálico, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b) 01 (um) forno industrial, turbo elétrico, lenha 2, marca Venâncio, cor metálico, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- c) 01 (uma) máquina modeladora de pão 1, bancada grande, marca Perfecta, cor branca, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais);
- d) 01 (uma) máquina modeladora de pão 2, mesa pequena, cor bege, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- e) 01 (um) cilindro industrial de massa, Perfecta, cor branca, funcionando, usado, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- f) 01 (uma) batadeira industrial de massa, com cuba de 60kg, marca Suprema, cor branca, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- g) 01 (uma) batadeira industrial de massa, com cuba de 15kg, marca Suprema, cor metálico, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- h) 01 (um) fatiador de pão, marca Suprema, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- i) 01 (um) fatiador de frios, com bancada, marca Metvisa, cor branco, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- j) 01 (um) moinho de pão, marca Suprema, cor metálico, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);
- l) 01 (um) picador de carne, cor metálico, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- m) 01 (um) fogão 04 bocas com forno, marca Venâncio, cor preta, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- n) 01 (uma) balança Filizolla com impressora térmica, cor metálica, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- o) 01 (uma) geladeira vertical 270l, sem marca visível, cor branca,, usada, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- p) 01 (um) freezer horizontal 540l, com duas tampas, marca Metalfrio, cor branca, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- q) 01 (um) expositor/conservador de frios e laticínios, 03 portas, marca Refrimat, cor branca, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- r) 01 (um) refrigerador/expositor/conservador vertical, marca Metalfrio, cor branca,, usado funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- s) 01 (um) freezer horizontal, 270l, com uma tampa, sem marca visível, cor branca, usado, funcionando, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- t) 01 (um) purificador de água, marca IBBL, cor branca, funcionando, usado, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- u) 09 (nove) gôndolas de lâminas retangular, acoplado com 27 (vinte e sete) prateleiras e 09 (nove) canaletas/encaixe de exposição de mercadorias diversas, em aço fundido, cor branca, usadas, em regular estado de uso e conservação, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

LOTE 07**PROCESSO:** 0000338-41.2016.4.05.8308**CDAS:** 085315, livro 31, folha 412.**NATUREZA DA DÍVIDA:** NÃO TRIBUTÁRIA.**EXEQUENTE:** CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CRF/PE.**EXECUTADO:** JEFFERSON KELLY BORGES NETO - ME E OUTRO.**CNPJ:** 13.647.202/0001-71 e CPF: 093.528.834-11.**RECURSO:** NÃO HÁ.**ÔNUS/PENHORA:** NÃO CONSTA.**SITUAÇÃO DO BEM:** A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO.**VALOR DA DÍVIDA EM 04/12/2015:** R\$ 4.775,28 (quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) + acréscimos legais.**AVALIAÇÃO DO BEM EM 14/03/2017:** R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).**BEM(NS) PENHORADO(S):**

- 01(um) balcão em vidro modulado com aproximadamente 30cm X 50cm cada módulo, constituído por 13 colunas de três módulos, sendo que uma das colunas se encontra com o tampo danificado.

LOTE 08**CARTA PRECATÓRIA PJE:** 0800769-08.2017.4.05.8308**PROCESSO ORIGINÁRIO:** 0001531-91.2011.4.05.8300**DEPRECANTE:** 28.^a VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO**EXEQUENTE:** AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS**EXECUTADO:** P & M AGROPECUARIA LTDA**COEXECUTADA:** ANDREA NUNES CARMINATT, CPF N.º 601.886.775-34**RECURSO:** NÃO HÁ**ÔNUS/PENHORA:** NÃO CONSTA**SITUAÇÃO DO BEM:** A SER CONSTATADA PELO INTERESSADO**VALOR DA DÍVIDA:** R\$ 68.436,49 (sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos)**AVALIAÇÃO DO BEM EM 13/01/2017:** R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)**BEM PENHORADO:**

- Um veículo KIA/CERATO EX3 1.6ATNB, Placa PFG1257-PE, ano fabricação/modelo 2011/2012, chassi KNAFU411BC5516116, cor branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e de possíveis credores, passou-se o presente **EDITAL**, 18 de agosto de 2017, nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, que vai publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, conforme preceitua a Lei n.º 6.830/80, e afixado no local de costume. Eu, _____, Leandro de Oliveira Torres, Servidor, digitei, e eu, _____, Aparecida Gonçalves Bandeira Pinto, Diretora da 17.^a Vara Federal, subscrevo-o e vai devidamente assinado pelo MM. Juiz Federal.

Juiz Federal **ARTHUR NAPOLEÃO TEIXEIRA FILHO**
17.^a Vara Federal da SJPE